

DONA MARIINHA ENTRE CRIANÇAS E MEMÓRIAS: educação em um quilombo do São Francisco

Luis Osete Ribeiro Carvalho
Stela Guedes Caputo
Alyne Christian da Veiga

Resumo

Este artigo discute as experiências educativas protagonizadas por Dona Mariinha, mulher negra quilombola da Comunidade Mata de São José, no Território Quilombola Águas do Velho Chico, no Sertão do São Francisco. O objetivo é compreender como processos de ensinar e aprender se realizam para além das instituições escolares, emergindo nas brincadeiras, nas cantigas, no cultivo da terra e nas relações entre diferentes gerações. A pesquisa foi desenvolvida ao longo de quatro anos com comunidades ribeirinhas do Rio São Francisco, com base na observação participante, em conversas abertas e na convivência prolongada em territórios. O artigo analisa três experiências vividas com Dona Mariinha e as crianças do quilombo. Os resultados mostram que sua atuação educativa constitui uma prática formativa construída na partilha de saberes entre gerações, para além dos limites da escola. A partir da interseccionalidade, das pesquisas com os cotidianos e da contracolonialidade, o texto destaca o papel das mulheres negras quilombolas na formação das novas gerações e na continuidade da vida coletiva. Por fim, aponta que o reconhecimento dessas experiências contribui para ampliar as concepções de educação e valorizar formas de docência historicamente pouco visibilizadas.

Palavras-chave: mulheres educadoras; docência comunitária; interseccionalidade; relações intergeracionais; contracolonialidade.

DONA MARIINHA AMONG CHILDREN AND MEMORIES: education in a *quilombo* community of the São Francisco River

Abstract

This article discusses the educational experiences led by *Dona Mariinha*, a Black *quilombola* woman from the Mata de São José Community, in the Águas do Velho Chico *Quilombola* Territory, in the São Francisco hinterland. Its objective is to understand how teaching and learning processes take place beyond school institutions, emerging through play, songs, cultivation of the land, and relationships between different generations. The research was conducted over four years with riverine communities along the São Francisco River, based on participant observation, open conversations, and prolonged engagement with the territories. The article analyzes three experiences shared with *Dona Mariinha* and the children of the *quilombo*. The findings show that her educational practice constitutes a formative process built on the sharing of knowledge across generations, beyond the boundaries of the school. Drawing on intersectionality, everyday life studies, and counter-coloniality, the text highlights the role of Black *quilombola* women in the education of younger generations and in the continuity of collective life. Finally, it argues that recognizing these experiences contributes to broadening conceptions of education and valuing forms of teaching that have historically received little visibility.

Keywords: women educators; community pedagogy; intersectionality; intergenerational relations; counter-coloniality.

DONA MARIINHA ENTRE NIÑOS, NIÑAS Y MEMORIAS: educación en un *quilombo* del Río São Francisco

Resumen

Este artículo analiza las experiencias educativas protagonizadas por *Dona Mariinha*, mujer negra *quilombola* de la Comunidad Mata de São José, en el Territorio *Quilombola* Águas do Velho Chico, en el sertón del Río São Francisco. Su objetivo es comprender cómo los procesos de enseñanza y aprendizaje se desarrollan más allá de las instituciones escolares, emergiendo en los juegos, los cantos, el cultivo de la tierra y las relaciones entre diferentes generaciones. La investigación se llevó a cabo durante cuatro años junto a comunidades ribereñas del Río São Francisco, a partir de la observación participante, conversaciones abiertas y una convivencia prolongada con los territorios. El artículo analiza tres experiencias vividas junto a *Dona Mariinha* y los niños del *quilombo*. Los resultados muestran que su actuación educativa constituye una práctica formativa construida en el intercambio de saberes entre generaciones, más allá de los límites de la escuela. A partir de la interseccionalidad, de las investigaciones sobre la vida cotidiana y de la contracolonia, el texto destaca el papel de las mujeres negras *quilombolas* en la formación de las nuevas generaciones y en la continuidad de la vida colectiva. Finalmente, señala que el reconocimiento de estas experiencias contribuye a ampliar las concepciones de educación y a valorar formas de docencia históricamente poco visibilizadas.

Palabras clave: mujeres educadoras; docencia comunitaria; interseccionalidad; relaciones intergeneracionales; contracolonia.

INTRODUÇÃO: QUEM RECONHECEMOS COMO EDUCADORA?

Entre os múltiplos caminhos sugeridos pela chamada deste dossiê, este artigo se inscreve especialmente no interesse por experiências de mulheres educadoras pouco reconhecidas pelas narrativas educacionais hegemônicas. Não se trata de afirmar que essas mulheres sejam invisíveis em seus territórios ou comunidades; ao contrário, muitas delas ocupam posições de referência e reconhecimento coletivo. O que nos interessa problematizar é sua recorrente ausência das narrativas oficiais da educação. Partimos, primeiramente, do reconhecimento de que os modos hegemônicos de narrar a educação, com frequência, privilegiam instituições escolares, políticas públicas, legislações e profissionais formalmente reconhecidos, como docentes, relegando a posições secundárias mulheres que, embora desempenhem papéis fundamentais na formação das novas gerações, raramente figuram nos arquivos, currículos, estatísticas e histórias oficiais da educação. Em seguida, perguntamo-nos: quem aparece quando procuramos educadoras nos arquivos da educação e quem desaparece? O objetivo deste artigo é refletir com experiências educativas protagonizadas por *Dona Mariinha*, mulher negra *quilombola* do sertão do São Francisco. Ao acompanhar suas interações com as crianças da comunidade, buscamos compreender como processos educativos se realizam para além das instituições escolares, emergindo nas brincadeiras, nas cantigas, no trabalho compartilhado, nas celebrações e na convivência cotidiana.

Dona Mariinha vive na Comunidade Quilombola Mata de São José, localizada no município de Orocó (PE), às margens do Rio São Francisco. Integrante do Território Quilombola Águas do Velho Chico, a comunidade tem sua origem no encontro, no final do século XIX, entre famílias negras que chegaram à região após a Guerra de Canudos, e outras provenientes da Serra do Umã, em Carnaubeira da Penha (PE). Dessa confluência nasceu um lugar marcado por trajetórias de resistência, permanência e reconstrução da vida coletiva. O Território Águas do Velho Chico, formado por cinco comunidades – Mata de São José, Caatinginha, Remanso, Umburana e Vitorino –, reúne populações negras rurais, cujas formas de subsistência estão fortemente

vinculadas à agricultura familiar irrigada, complementada por aposentadorias, programas de transferência de renda, atividades autônomas e um número reduzido de empregos formais. Embora reconhecidas como comunidades quilombolas, essas populações seguem enfrentando desafios relacionados à regularização fundiária e ao acesso pleno a direitos historicamente negados à população negra rural.

Ao refletir sobre trajetórias como essas, é difícil dissociar a história dos quilombos das memórias, saberes e formas de vida que atravessaram o Atlântico e foram recriados no Brasil. Nos primeiros minutos do documentário *Orí*, Beatriz Nascimento (2009 [1989]) afirma que “[...] foi transportado para América um tipo de vida que era africana. É a transmigração de uma cultura e de uma atitude no mundo, de um continente para outro, de África para América”. A fala nos lembra que a travessia atlântica também transportou memórias, cosmologias e saberes ancestrais. Ao afirmar que essa herança permanece “[...] no nível do *soul*, da alma do escravizado”, Nascimento (2009 [1989]) chama atenção para formas de vida que resistiram à violência da escravização e encontraram nos quilombos importantes espaços de recriação.

Os quilombos constituem territórios educativos, nos quais conhecimentos, valores e modos de existir são continuamente partilhados e renovados, muitas vezes por mulheres negras que ocupam papel central na formação das novas gerações. Entre heranças e recriações, inscrevem-se as experiências de Dona Mariinha que se aproximam do que Alves (2001, 2008, 2010) denomina de redes educativas, constituídas por todos os *espaçostempos* em que ocorrem aprendizagem e socialização, abrangendo escolas, famílias, comunidades, meios de comunicação, ambientes de trabalho e outros contextos.

Na Mata de São José, essa continuidade se faz presente nas relações de parentesco, no trabalho compartilhado, nas celebrações comunitárias e nos processos educativos vividos cotidianamente entre crianças, adultos e pessoas mais velhas. Não por acaso, as narrativas dos mais velhos desempenharam papel importante no próprio processo de reconhecimento do Território Águas do Velho Chico, contribuindo para reconstituir histórias familiares, percursos de ocupação e práticas culturais compartilhadas pelas comunidades.

Aqui, pensamos a interseccionalidade como uma ferramenta analítica voltada para a compreensão de como diferentes relações de poder se articulam na produção das experiências sociais (Collins; Bilge, 2021). Nessa reflexão, categorias como gênero, raça, classe, geração e território não atuam de forma isolada nem podem ser compreendidas como identidades fixas. Elas se constituem mutuamente em contextos históricos específicos, produzindo oportunidades, desigualdades, formas de reconhecimento e modos de participação social. É importante considerar que, para as autoras, a interseccionalidade não é apenas uma teoria da diversidade nem somente uma lista de marcadores sociais. O centro da análise são as relações de poder.

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária, entre outras, são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Collins; Bilge, 2021, p. 16-17).

A escolha pela interseccionalidade e pelos debates decoloniais decorre das próprias questões propostas pela chamada desse dossiê, que nos solicita refletir sobre mulheres, docência e interseccionalidades, considerando categorias como gênero, raça, classe, geração e decolonialidade.

A experiência de Dona Mariinha permite articular esses diferentes eixos de análise. Mulher negra quilombola, agricultora, uma das pessoas mais velhas e respeitadas de sua comunidade, ela participa ativamente da formação das crianças por meio de práticas educativas que acontecem fora dos espaços escolares formalmente reconhecidos. Sua atuação evidencia como relações de gênero, raça, classe, geração e território se entrelaçam na produção de conhecimentos, mas também como determinadas formas de ensinar permanecem historicamente sub-representadas nos arquivos e nas narrativas educacionais. Ao trazer Dona Mariinha como interlocutora central, buscamos compreender não apenas os mecanismos que contribuem para essa invisibilização, bem como os modos pelos quais conhecimentos, memórias e formas de vida continuam sendo produzidos e compartilhados no interior das comunidades quilombolas.

O artigo se aproxima dos debates decoloniais latino-americanos, mas acolhe especialmente a formulação contracolonial elaborada por Antônio Bispo dos Santos (2023), uma discussão relevante para este dossiê. Segundo Maldonado-Torres (2018), a colonialidade refere-se à permanência de hierarquias raciais, epistêmicas, culturais e econômicas que continuam organizando o mundo mesmo após o fim formal do colonialismo. Como afirma o autor, “[...] a ‘descoberta’ do Novo Mundo e as formas de escravidão que imediatamente resultaram daquele acontecimento são alguns dos eventos-chave que serviram como fundação da colonialidade” (Maldonado-Torres, 2018, p. 13). Em sua concepção, a decolonialidade corresponde à luta contra a lógica da colonialidade e seus efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos.

Sem negar a importância dessa reflexão, Santos (2023) propõe um outro olhar por meio do que chamou de contracolonialidade. Em vez de concentrar a atenção apenas na persistência das estruturas coloniais, o mestre quilombola volta-se para os modos pelos quais povos quilombolas, indígenas e comunidades tradicionais produziram historicamente formas próprias de existência, conhecimento e continuidade da vida. É nesse movimento que a contracolonialidade se torna uma possibilidade analítica particularmente fecunda para compreender a experiência de Dona Mariinha para além dos efeitos da colonialidade, reconhecendo-a como participante ativa de práticas comunitárias que asseguram a continuidade da vida coletiva em seu território.

Há ainda uma contribuição de Santos (2023) que orienta diretamente as reflexões aqui desenvolvidas. Para o autor, as gerações mais velhas ocupam um papel fundamental na sustentação da vida coletiva, inspirando e fortalecendo o que chamou de geração neta. Em suas reflexões, as pessoas mais velhas permanecem “na retaguarda”, contribuindo para a continuidade dos territórios, das memórias e dos saberes que permitem às comunidades seguir existindo. Portanto, Dona Mariinha é uma mulher educadora quilombola cuja atuação permite compreender, de forma interseccional e contracolonial, como saberes, memórias e formas de vida são compartilhados entre gerações, apesar dos processos históricos de marginalização dessas experiências pelos discursos hegemônicos da educação.

Figura 1: Dona Mariinha



Fonte: Acervo de Pesquisa, 2023.

Por esse caminho, Dona Mariinha interessa sobretudo como participante ativa de processos coletivos de formação e compartilhamento de conhecimentos, e não como mero exemplo de uma educadora invisibilizada. Ao refletir com essas experiências, aproximamo-nos de uma compreensão ampliada da docência. Destacamos que os processos de formação das novas gerações não acontecem exclusivamente nas instituições escolares nem são exercidos apenas por sujeitos formalmente reconhecidos, como professores. Em muitos contextos comunitários, ensinar e aprender envolvem narrar, aconselhar, brincar, partilhar memórias e sustentar relações entre diferentes gerações. Assim, a atuação de Dona Mariinha nos permite refletir sobre formas de docência que, embora raramente reconhecidas pelos repertórios educacionais hegemônicos, participam ativamente da formação das crianças e da continuidade da vida coletiva.

Notas sobre uma metodologia da disponibilidade

Há alguns anos, em uma conversa de bar, o escritor Luiz Antonio Simas compartilhou conosco um ensinamento que ouvira do pesquisador e Bâbáláwo Wande Abimbola: “Entrega tua disponibilidade a Orunmilá e ele te devolverá um poema”. A frase permaneceu conosco muito depois daquele encontro. Mais do que uma imagem poética, ela passou a nomear uma compreensão sobre nossas próprias pesquisas. Entendemos que nem tudo o que importa pode ser antecipado em hipóteses ou cronogramas. Há conhecimentos que surgem dos encontros, dos acontecimentos inesperados, das conversas ordinárias, dos caminhos que o próprio campo abre diante do pesquisador e do tempo compartilhado.

Este artigo resulta de uma pesquisa qualitativa¹ desenvolvida ao longo de quatro anos com crianças e mulheres educadoras de comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas situadas às margens do Rio São Francisco, com o consentimento dos participantes. Orientado pela convivência prolongada com os territórios e seus sujeitos, o estudo parte do entendimento de que os processos de produção de conhecimento se constroem também no tempo da relação, da confiança e das delicadas escutas que se tornam possíveis ao longo do trabalho de campo. A pesquisa envolveu visitas frequentes às comunidades, observação participante, conversas informais, entrevistas abertas, registros fotográficos e audiovisuais, além do acompanhamento de práticas cotidianas, celebrações, brincadeiras e atividades comunitárias. As cenas analisadas foram selecionadas por evidenciarem práticas educativas recorrentes na comunidade. Procurou-se acompanhar os ritmos próprios da vida coletiva, os acontecimentos miúdos que emergiam ao longo da convivência. Uma cantiga entoada durante uma brincadeira, uma memória compartilhada em conversa, um ensinamento dirigido a uma criança ou uma fotografia produzida em um momento aparentemente banal passaram a ser compreendidos como acontecimentos capazes de produzir novos entendimentos.

Praticamos então essa metodologia da disponibilidade. Não se trata da ausência de rigor ou planejamento, mas de uma postura ética e epistemológica fundada na atenção cuidadosa e na abertura ao inesperado. Inspirados pelas pesquisas com os cotidianos (Alves, 2008) e pela atenção aos pequenos achados da investigação proposta por Pais (2002), compreendemos que algumas das questões mais significativas não emergem da aplicação de instrumentos, mas da capacidade de reconhecer a potência dos encontros. Praticamos, ainda, a fotoetnografia miúda² (Caputo, 2020). Uma etnografia realizada com fotografia dos cotidianos, em especial com as crianças, concebida como uma linguagem amorosa que busca desorganizar, imageticamente, hierarquias hegemônicas do olhar.

BRINCADEIRAS E ENSINAMENTOS DO TERRITÓRIO

A Veinha

*Ô de casa, ô de fora (2x)
Maria vai ver quem é (2x)
São os cantador de Reis (2x)
Quem mandou foi são José.
(Reisado)*

O sol do início da tarde caía sobre o terreiro da Mata de São José, comunidade quilombola localizada em Orocó (PE), quando as crianças começaram a erguer suas casas de areia diante do cercado, onde bodes e cabras costumam passar o dia. A Brincadeira da Veinha já estava em curso. Pequenas mãos delimitavam territórios, reforçavam baixos muros de areia e fechavam brechas por onde a traçoeira personagem poderia entrar. Enquanto umas construíam, outras explicavam as regras diante da câmera. Ana Vitória, 5 anos, e Luiza, 7 anos, disputavam a palavra. Luiza, especialmente, assumia o papel de *YouTuber*, descrevendo o funcionamento da brincadeira e os

1 Embora o artigo seja assinado por três autores, o trabalho de campo foi realizado por um deles no âmbito de sua pesquisa de doutorado. A escrita, as análises e as reflexões aqui apresentadas foram construídas coletivamente, razão pela qual optamos pelo uso da impessoalidade.

2 Todas as fotografias respeitaram as exigências éticas de pesquisa.

perigos de deixar qualquer buraco aberto nas diminutas paredes das casas: “Oi pessoal, boa tarde pra vocês. Estou explicando aqui a Brincadeira da Veinha. Aqui, tem todas as casas, né?”, disse, enquanto se movimentava pelo espaço. “Aí, se a Veinha achar um buraco aberto, você vai ser a Veinha. Se ela pegar, ela prende você”, relatou, agora encarando a câmera. “Ela vai pegar e vai prender você na prisão, numa cadeira, tá?”, informou, mexendo com as mãos nos cabelos trançados. “E depois que ela pegar você, vai ser você”, finalizou, soltando um beijo com a mão. Deu “*tchau*” e saiu caminhando até o lugar onde antes havia construído a sua casa.

Tudo indicava que, em poucos instantes, começariam as perseguições, as prisões e as corridas que fazem da Veinha, uma das brincadeiras preferidas das crianças da comunidade. Foi nesse momento que Dona Mariinha, 60 anos, avó da maioria das crianças que se preparavam para o corre-corre característico da brincadeira, entrou em cena. Antes que a Veinha começasse sua ronda entre os cercados de areia, reuniu as crianças e puxou a cantiga de abertura do Reisado como uma espécie de aquecimento para o enfrentamento à Veinha:

Ô de casa, ô de fora (2x)
Maria vai ver quem é (2x)
São os cantador de Reis (2x)
Quem mandou foi são José (2x)
Cantar Reis não é pecado (2x)
São José também cantou (3x)
Neste dia de alegria
Mas depois de muito tempo
São José também chorou
Porque viu seu filho morto
Pregado numa cruz por tanto amor.
(Reisado. Informação verbal).

Figura 2: Dona Mariinha e as crianças durante a Brincadeira da Veinha



Fonte: Acervo de Pesquisa, 2023.

Por alguns minutos, a roça deixou de ser apenas o cenário da brincadeira infantil para tornar-se também espaço de atualização da memória coletiva quilombola. A intervenção foi breve. Quando as crianças terminaram de cantar os versos do Reisado “puxados” por Dona Mariinha, a Brincadeira da Veinha finalmente começou. Lucas assumiu imediatamente o personagem. Com voz rouca e enfraquecida pela idade imaginária que acabara de vestir, perguntou às crianças abrigadas em suas casas: “Meus netinhos já comeram?”.

“Já”, responderam elas.

“Já escovaram os dentes?” (Lucas).

“Já” (Crianças).

“Agora vão dormir”, ordenou Lucas.

As crianças obedeceram por alguns segundos, fingindo deitar-se. Logo, uma delas rompeu o acordo e saiu correndo. A perseguição começou. Lucas capturava uma criança após a outra. As crianças riam, fugiam e, sempre que encontravam uma brecha, voltavam para reparar os cercados de areia de suas casas. Quando todas já estavam aprisionadas, Dona Mariinha reapareceu no centro da cena. Dessa vez, não veio como mestra do Reisado. Entrou na brincadeira, assumindo um novo personagem: “Eu sou o Reis do território!”. A resposta das crianças foi imediata: “É o Reis do território!”

Elas passaram, então, a pedir sua libertação. Dona Mariinha ouviu os pedidos e decretou: “Eu vou tirar tudo agora, como é o poder de Deus e do Divino Espírito Santo. Sai todo mundo daí!”. A prisão foi desfeita e as crianças saíram correndo, pulando e comemorando. “Sou eu quem mando aqui nesse território. Todo mundo pra suas casas! Libertei tudo! Viva Jesus!”, finalizou Dona Mariinha. “Viva!”, responderam as crianças.

De acordo com Brougère (2014), o círculo humano e o ambiente formado pelos objetos contribuem para a socialização da criança através de múltiplas interações, dentre as quais, algumas tomam a forma de brincadeira ou, pelo menos, diz o autor, de um comportamento reconhecido como tal pelos adultos. Em suas palavras:

Esse comportamento pode ser identificado como brincadeira na medida em que não se origina de nenhuma obrigação senão daquela que é livremente consentida, não parecendo buscar nenhum resultado além do prazer que a atividade proporciona. A brincadeira aparece como atividade que permite à criança a apropriação de códigos culturais e seu papel na socialização foi, muitas vezes, destacado (Brougère, 2014, p. 65).

Essa cena ajuda a compreender um traço recorrente da atuação educadora de Dona Mariinha junto às crianças. Ao assumir a figura do “Reis do território”, ela passa a conduzir os rumos da brincadeira, introduzindo personagens e referências que dialogam com a vida comunitária e seus códigos culturais. Sua entrada recompõe a narrativa criada pelas crianças. A prisão se desfaz, os prisioneiros retornam para suas casas e o território reaparece como lugar de proteção. Percebemos uma atuação que se realiza pela palavra, pela oralidade e pela participação na vida cotidiana. Em diálogo com Alves (2008, 2010), podemos compreender essas experiências como parte das redes educativas que atravessam a vida comunitária, articulando casa, terreiro, roça, celebrações, brincadeiras, trabalho compartilhado e convivência entre gerações. É nesse conjunto de relações que saberes, valores e pertencimentos circulam e se renovam.

O mesmo momento nos leva a refletir com Freire (1982), para quem a leitura do mundo precede a leitura da palavra. Há, ainda, outra formulação que nos parece igualmente fecunda para compreender a experiência de Dona Mariinha. Em *Amkoullel*, Hampâté Bâ (2008) descreve uma concepção de aprendizagem na qual o ser humano se encontra profundamente conectado ao mundo que o cerca. Recordando os ensinamentos recebidos na infância, escreve: “[...] Esteja à escuta, tudo fala, tudo é palavra, tudo nos procura comunicar um conhecimento” (Hampâté Bâ, 2008, p. 31). Mais que uma exaltação da oralidade, a passagem sugere uma ética da atenção delicada. Para esses autores, aprender e ensinar implicam escutar pessoas, acontecimentos, gestos, silêncios, lugares e relações. É precisamente essa escuta ampla e, ao mesmo tempo, delicada que parece orientar a atuação de Dona Mariinha. Antes de assumir o papel de Reis do território, ela observa a brincadeira acontecer, acompanha e reconhece os sentidos que as próprias crianças vão produzindo. Ao entrar na cena, ela faz circular referências do Reisado, da religiosidade popular e da vida comunitária, articulando-as às invenções infantis. Veremos a mesma delicada leitura de mundo em outros momentos do texto.

“Quer vender sua filha?”

Mal havia concluído a libertação coletiva e Dona Mariinha já preparava um novo enredo. Reuniu novamente as crianças, pediu que formassem uma fila e anunciou que vinha de longe para comprar um filho de cada família: “Olha, eu vou comprar um filho de vocês. Vocês estão passando fome, não tão?”.

“Tamo”, responderam as crianças, entrando no jogo.

“Então, eu vou comprar um filho de vocês pra dar boa vida. Vou comprar e levar lá pra fora. Vim de São Paulo e Rio de Janeiro pra comprar um filho de vocês” (Dona Mariinha).

A proposta parecia vantajosa. Havia comida, conforto e a promessa de uma vida melhor. Mas Dona Mariinha logo ensinou a resposta que deveria ser dada: “Quando eu procurar assim: ‘quer vender sua filha?’, aí você procura: ‘prefiro morrer de fome, mas não vendo a minha filha’”. Uma criança após a outra repetiu a frase.

A antagonista já não era a Veinha, responsável pelas perseguições e prisões, mas uma personagem que chegava de fora do território, trazendo promessas de prosperidade em troca da ruptura das relações comunitárias. Sob a aparente simplicidade da brincadeira, emergia uma poderosa pedagogia do pertencimento. Dona Mariinha ensinava que certas riquezas não podem ser vendidas nem negociadas, como a família, a comunidade, o território e os laços que tornam possível a vida coletiva.

Figura 3: Dona Mariinha e a brincadeira em que as crianças recusam a venda dos filhos



Fonte: Acervo de Pesquisa, 2023.

Nessa segunda cena, ao pedir que as crianças recusassem a venda de seus filhos, Dona Mariinha fazia o jogo infantil tocar camadas profundas da experiência histórica quilombola. O momento colocava em circulação questões relacionadas à defesa do coletivo diante de forças externas que prometem uma vida melhor em outro lugar. Assim como na Brincadeira da Veinha, o que se produzia ali ultrapassava a simples evocação de um passado distante e se afirmava como uma experimentação conjunta de enfrentamento e defesa do território, entendido aqui como espaço étnico-racial que “[...] remonta às estratégias de sobrevivência material e simbólica de negros e negras antes e após a Abolição” (Souza, 2020, p. 1287).

Se como afirma Santos (2023, p. 22), brincar é “[...] fazer as coisas de fato”, a intervenção de Dona Mariinha ampliava os sentidos da brincadeira para além do entretenimento infantil. Ao refletir sobre os processos formativos vividos em comunidades quilombolas, o autor explica que “[...] quando a gente brinca de fazer o Reisado, a gente faz o Reisado. Quando a gente brinca de fazer a roça, a gente cresce aprendendo a fazer a roça, a gente brinca de fazer a roça até fazer a roça de verdade” (Santos, 2023, p. 22). A brincadeira emerge, portanto, não como representação ou simulação da vida, mas como um modo de participar dela, incorporando conhecimentos, valores e responsabilidades que sustentam a existência coletiva.

Ao assumir sucessivamente os papéis de Reis do território e da compradora de filhos, Dona Mariinha introduzia no jogo situações que permitiam às crianças experimentar, a partir da ludicidade, conflitos que atravessam a história dos povos negros e quilombolas, como a ameaça à integridade das famílias, o deslocamento, a sedução exercida por promessas externas e a necessidade permanente de defender a comunidade. A rememoração de experiências históricas de dispersão e violência vinha acompanhada do exercício de respostas coletivas diante delas.

O episódio também permite observar como a dimensão geracional atravessa sua atuação educativa. Aqui, geração não designa apenas uma diferença etária, mas uma posição social construída nas relações de transmissão, cuidado e responsabilidade compartilhados pela comunidade. Como mulher mais velha, Dona Mariinha ocupa um lugar de referência para as crianças, mas sua autoridade não se sustenta na imposição ou na hierarquia rígida. Ela emerge da capacidade de narrar, brincar, aconselhar e fazer circular memórias coletivas por meio da

participação das próprias crianças. Sua atuação evidencia uma forma de educação em que as fronteiras entre ensinar, brincar, recordar e conviver tornam-se porosas. Nessa dinâmica, os aprendizados produzidos nas redes educativas da comunidade atravessam diferentes *espaçostempos* da vida cotidiana, articulando relações familiares, brincadeiras, celebrações, trabalho e experiências compartilhadas entre gerações.

Uma leitura interseccional permite compreender que essa dimensão geracional não atua isoladamente. Ela se articula à condição de mulher negra quilombola, vivendo em um território historicamente marcado por processos de resistência e continuidade cultural. É justamente nessa articulação entre gênero, raça, geração e território que sua prática educativa adquire significado. Ao conduzir a brincadeira, Dona Mariinha cria situações nas quais conhecimentos, memórias e modos de existência coletivos podem ser compartilhados, reinterpretados e atualizados pelas novas gerações.

É ainda nesse ponto que a atuação educadora de Dona Mariinha se aproxima daquilo que Santos (2023) identifica como a responsabilidade das pessoas mais velhas de inspirar e fortalecer o que chamou de geração neta. Ao refletir sobre os modos de compartilhamento dos saberes contracoloniais, o autor afirma:

Prefiro não falar em sonhos, mas em imaginários, pois os sonhos acabam quando acordamos. Nos meus imaginários estou na retaguarda, confluenciando na condição de suporte da geração neta. Se conseguir continuar dialogando com a geração neta, estou bem. Porque não compensa gastar energia com o povo da política, que já está sintetizado. Vamos cuidar da geração neta porque ela é o futuro. Ela é o presente e o futuro, e nós estamos aqui para dialogar. O presente é o interlocutor do passado e o locutor do futuro. Temos que nos defender desta geração sintética e contribuir para que a nova geração também saiba se defender (Santos, 2023, p. 53).

A educação que emerge dessa cena aproxima-se daquilo que Santos (2023, p. 24) denomina “[...] escola da inspiração ou da brincadeira”. Dona Mariinha criava situações nas quais valores e responsabilidades coletivas podiam ser experimentados pelas crianças. Defender as casas, libertar os prisioneiros, proteger os familiares e cuidar do território deixavam de ser apenas discursos para tornar-se experiências corporais vivenciadas. Entre risos, corridas, encenações e improvisos, as crianças aprendiam formas de cuidado e compromisso com a comunidade. Nesses momentos, a ligação com o lugar revelava força nos gestos e nas ações coletivas. Era nesse entrelaçamento que a atuação de Dona Mariinha se constituía como uma prática educativa voltada para a formação das crianças e continuidade dos modos de vida quilombolas.

A flor do maracujá e a avó

Se na Brincadeira da Veinha e da tentativa de compra dos filhos Dona Mariinha mobilizava uma pedagogia da defesa do território e da família quilombola, alguns meses depois, em uma plantação de maracujá da comunidade, encontramos outra dimensão de sua atuação como educadora das gerações netas. O território continuava aparecendo como espaço vivo de produção de conhecimentos e pertencimentos.

Em julho de 2023, acompanhamos Dona Mariinha, Aninha, Maria Vitória, Ana Vitória e Janaína até uma farta plantação de maracujá. Enquanto recolhíamos frutos caídos no chão, um arco-íris se desenhava sobre a paisagem sertaneja. As crianças corriam entre os pés de maracujá, riam, posavam para a câmera e observavam curiosamente os frutos espalhados pelo caminho. Foi então que Dona Mariinha, mexendo delicadamente em duas flores de maracujá, chamou as crianças

para perto e anunciou, enquanto transformava o próprio gesto em ensinamento: “Deixa eu dar uma aula de campo pra vocês”.

Diferentemente das brincadeiras anteriores, em que sua pedagogia emergia sem ser nomeada, aqui ela própria reivindica a condição de educadora. Mas a aula guarda pouca semelhança com os modelos escolares convencionais. Não há quadro, caderno, carteiras ou conteúdos previamente organizados. A sala de aula é a própria roça. O material didático se encontra nas flores, nos frutos, no pólen e nos ciclos da planta. O conhecimento nasce da convivência prolongada com o território. Com o corpo inclinado sobre o maracujazeiro e os dedos marcados pelo pólen, Dona Mariinha mostra às crianças o interior da flor e explica o processo de polinização manual. Enquanto fala, toca as anteras, os estigmas e os frutos em diferentes estágios de desenvolvimento.

“Vocês vêm aqui, ó, pegam o dedinho e mexem aqui em cima”, disse, esfregando os dedos nas anteras da flor masculina e nos estigmas da flor feminina. “Ele, hoje, tá flor. Quando for com três dias, tá assim já, ó...”. E apontou para um fruto ainda recente no pé: “Tem que fazer o pólen pra segurar. Olha o tamanho que ele tá”. As crianças observam atentamente.

Figura 4: Aula de campo de maracujá com Dona Mariinha e as crianças



Fonte: Acervo de Pesquisa, 2023.

Naquele mesmo pé de maracujá, conviviam a flor recém-aberta, o fruto ainda em formação e aquele já próximo da colheita. Enquanto observavam Dona Mariinha, as crianças acompanhavam diferentes tempos da vida reunidos numa mesma planta. O conhecimento circulava pela observação, pela escuta e pela participação direta. O maracujá ensinava, simultaneamente, agricultura, alimentação, trabalho, cuidado e, mais uma vez, o sentimento de coletividade.

Dois começos se encontravam naquele maracujazeiro: o da flor prestes a se tornar fruto e o das aprendizagens que se inscreviam na memória das crianças. Avó e netas compartilhavam uma mesma experiência, fazendo pulsar aquilo que Santos (2023) identifica como uma das marcas da formação quilombola:

Nos primeiros passos da minha vida, os mais velhos me orientaram a ouvir os cantos dos pássaros e os chiados da mata. Compreendo o ambiente onde dei os

meus primeiros passos como uma das bases de lançamento da minha trajetória. [...] Outro pulsar das memórias de criança é o caminho da roça, que fazíamos junto às gerações mais velhas, a geração mãe e a geração avó. Ouvíamos a sonoridade emitida pela mata, a partir do movimento do vento e das águas dos riachos, rios e das cachoeiras, dependendo de por onde passávamos (Santos 2023, p. 10).

A recordação compartilhada por Bispo dos Santos permite compreender a roça como um lugar de convivência, observação e compartilhamento de saberes, onde crianças aprendem com as gerações mais velhas a ler os sinais do mundo, a escutar a terra, as águas, as plantas e os seres que compõem a vida comunitária. Era algo semelhante que acontecia naquele encontro entre Dona Mariinha, suas netas e os maracujazeiros. Uma forma de docência frequentemente ausente das narrativas hegemônicas da educação. Exercida por uma mulher negra quilombola, essa prática educativa emergia da convivência com a terra e da partilha de conhecimentos acumulados ao longo da vida. A experiência novamente desafia concepções restritas de educação ao evidenciar saberes produzidos no interior de uma comunidade negra. Nesse sentido, dialoga com a reflexão de Silva (2007):

É sabido que aprender-ensinar-aprender, processo em que mulheres e homens ao longo de suas vidas fazem e refazem seus jeitos de ser, viver, pensar, os envolve em trocas de significados com outras pessoas de diferentes faixas etárias, sexo, grupos sociais e étnico-raciais, experiências de viver. Tratar, pois, de ensinamentos e de aprendizagens, é tratar de identidades, de conhecimentos que se situam em contextos de culturas, de choques e trocas entre jeitos de ser e viver, de relações de poder (Silva, 2007, p. 491).

Na aula de campo conduzida por Dona Mariinha, aprender significava participar de uma experiência em que território e memória se entrelaçavam na formação das crianças. Mas ela ainda ampliaria os sentidos daquela aula. Percebendo que eu registrava a cena com o celular, passou a interpelar as crianças: “Vocês são o quê mesmo?”.

“Quilombolas!”, responderam.

“Ah, são o quê mesmo?” (Dona Mariinha).

“Quilombolas!”, repetiram elas, agora com mais convicção.

Dizer quem eram fazia parte da própria aula. Aprender a polinizar o maracujá e aprender a se afirmar quilombola constituíam dimensões inseparáveis da mesma experiência educativa. O conhecimento sobre a planta aparecia vinculado ao reconhecimento do quilombo, da ancestralidade e da identidade coletiva. Pouco depois, Dona Mariinha voltou a perguntar: “E tão fazendo o quê aí? É aula de quê?”.

“De maracujá!”, responderam, em coro.

“É aula de campo ou de maracujá?”, insistiu Dona Mariinha.

“De maracujá!”, elas repetiram. Até que Ana Vitória se deu conta: “Aula de campo!”.

A correção feita por Dona Mariinha ampliava o sentido da aprendizagem. Ali, campo significava mais que a plantação de maracujá; era um território pedagógico, no qual se aprendia observando, trabalhando, convivendo e reconhecendo-se como parte de uma comunidade.

Quando perguntou quem havia levado as crianças para aquela aula de campo, a resposta veio imediata: “Vovó!”.

Ao responderem “Vovó!”, as crianças identificavam quem as havia conduzido até a plantação de maracujá. Mas a resposta dizia mais do que isso ao nomear também a origem de muitos dos aprendizados que circulavam naquela comunidade. Era a avó que ensinava a brincar, a cantar Reisado, a se reconhecer quilombola, a observar os ciclos do maracujá e a compreender que o campo podia ser também uma sala de aula. Dona Mariinha fazia circular saberes que não se separavam da vida. Sua docência se realizava nas práticas ordinárias da vida comunitária, em que ensinar, cuidar, cultivar, brincar e celebrar apareciam como dimensões inseparáveis de um mesmo processo formativo.

MULHERES QUE ENSINAM PARA ALÉM DOS REPERTÓRIOS HEGEMÔNICOS DA EDUCAÇÃO: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, refletimos com experiências educativas de Dona Mariinha, mulher negra quilombola da Comunidade Mata de São José, situada no Território Águas do Velho Chico. Ao acompanhar suas interações com as crianças da comunidade, buscamos compreender como processos de ensinar e aprender se realizam para além dos espaços escolares, emergindo nas brincadeiras, nas cantigas, no cultivo da terra, nas conversas cotidianas e nas relações entre diferentes gerações.

As cenas aqui analisadas nos mostraram que a atuação de Dona Mariinha ultrapassa uma compreensão restrita da docência associada exclusivamente à escola e aos profissionais formalmente reconhecidos, como professores. Sua participação na formação das crianças se realiza por meio da oralidade, da convivência, do cuidado e da partilha de conhecimentos construídos ao longo da vida comunitária. Acreditamos que o artigo contribui para ampliar as reflexões propostas pela chamada desse dossiê ao reconhecer que mulheres educadoras também atuam em territórios e contextos frequentemente ausentes das narrativas hegemônicas da educação.

A reflexão permitiu ainda compreender como gênero, raça, classe, geração e território se articulam na experiência de Dona Mariinha. Como mulher negra quilombola, agricultora e uma das pessoas mais velhas de sua comunidade, ela ocupa uma posição singular na circulação de saberes, memórias e responsabilidades coletivas. A interseccionalidade mostrou-se, assim, uma ferramenta importante para compreender não apenas sua trajetória, mas as relações de poder que historicamente contribuíram para a marginalização de formas não escolares de ensinar e aprender.

Ao mesmo tempo, a reflexão contracolonial inspirada em Antônio Bispo dos Santos (2023) permitiu ampliar o olhar da denúncia das desigualdades para os processos de criação, continuidade e sustentação da vida produzidos pelas próprias comunidades quilombolas. Mais que alguém afetado pelos efeitos da colonialidade, Dona Mariinha aparece, neste texto, como participante ativa de práticas que asseguram a transmissão de conhecimentos, a preservação das memórias coletivas e o fortalecimento daquilo que o autor denomina geração neta.

Por fim, argumentamos que Dona Mariinha não é uma educadora invisível em seu território. Sua autoridade é amplamente reconhecida pelas crianças, pelas famílias e pela comunidade. O que permanece pouco visível são as formas pelas quais mulheres como ela costumam ser representadas nos repertórios oficiais da educação, incluindo artigos acadêmicos. Ao trazer suas experiências para o centro da reflexão, buscamos contribuir para o reconhecimento de outras educadoras, cujas práticas desafiam fronteiras entre escola e comunidade, entre ensinar e viver, entre memória e formação. Em um quilombo do São Francisco, entre crianças, brincadeiras

e memórias, Dona Mariinha nos ensina que educar também pode significar sustentar relações, cultivar pertencimentos e assegurar a continuidade da vida coletiva.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Nilda. Decifrando o pergaminho: os cotidianos das escolas nas lógicas das redes cotidianas. In: ALVES, Nilda; OLIVEIRA, Inês Barbosa de (org.). *Pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas sobre redes de saberes*. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 13-38.
- ALVES, Nilda. Sobre o movimento das pesquisas nos/dos/com os cotidianos. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa de; ALVES, Nilda (org.). *Pesquisa no/do cotidiano das escolas: sobre redes de saberes*. Petrópolis: DP et Alii, 2008. p. 39-48.
- ALVES, Nilda. A compreensão de políticas nas pesquisas com os cotidianos: para além dos processos de regulação. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1195-1212, out./dez. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000400008>. Acesso em: 9 nov. 2025.
- BROUGÈRE, Gilles. *Brinquedo e cultura*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- CAPUTO, Stela Guedes. Fotografia e outros desafios digitais nas pesquisas com crianças. *Interfaces Científicas – Educação*, Aracaju, v. 8, n. 3, p. 83-98, 2020. Disponível em: <https://periodicos.grupotiradentes.com/educacao/article/view/7788/3899>. Acesso em: 2 jul. 2026.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (org.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 31-61.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez, 1982.
- HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. *Amkoullel: o menino fula*. São Paulo: Palas Athena: 2008.
- NASCIMENTO, Beatriz. *Óri*. Direção: Raquel Gerber. São Paulo: Angra Filmes, 2009 [1989]. Vídeo (100 min). Disponível em: https://www.primevideo.com/region/na/detail/0PQSMVZ48HJ721I19U706R1JXE/ref=atv_d_p_sign_suc_3P. Acesso em: 5 jun. 2026.
- PAIS, José Machado. *Sociologia da vida quotidiana: teorias, métodos e estudos de caso*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.
- SANTOS, Antônio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora; Piseagrama, 2023.
- SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. *Educação*, Porto Alegre, v. 30, n. 3, p. 489-506, set./dez. 2007. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/2745> Acesso em: 29 jul. de 2026.
- SOUZA, Maria Lúcia Anacleto de. (In)visíveis? Crianças quilombolas e a necropolítica da infância no Brasil. *Zero-a-Seis*, Florianópolis, v. 22, n. esp., p. 1281-1304, dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/79079>. Acesso em: 5 jun. 2026.

Submetido em junho de 2026
Aprovado em junho de 2026

Informações das autoras

Luis Osete Ribeiro Carvalho
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
E-mail: luisosete@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9409-0366>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7448318722160090>

Stela Guedes Caputo
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
E-mail: stelauerj@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0133-3301>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2660387915499830>

Alynne Christian da Veiga
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
E-mail: alynneveiga38@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-0202-3150>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8286075621428919>